



Filiais Ebserh

Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas-BrGaap 3º Trimestre 2018



ROSSIELI SOARES DA SILVA

Ministro de Estado da Educação

KLEBER DE MELO MORAIS

Presidente

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS

Diretor Vice-Presidente Executivo - Substituto e

Diretor de Atenção à Saúde

JAIME GREGÓRIO DOS SANTOS FILHO

Diretor de Administração e Infraestrutura e

Diretor de Gestão de Pessoas - Substituto

FLAVIO FERREIRA DOS SANTOS

Diretor de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação

Diretor de Orçamento e Finanças - Substituto

Coordenadoria de Contabilidade e Finanças

Coordenador: Euler da Cunha Fonseca

Chefe de Serviço de Contabilidade: Afonso Marques de Sousa

Chefe de Serviço de Mensuração e Controle de Custos: Alexandre dos Santos Silva

Chefe de Serviço de Gestão Financeira: Arlington da Silva de Oliveira

Sumário

Nota a) – Contexto Operacional.....	7
Nota b) – Elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis.....	10
Nota c) - Principais práticas contábeis	11
I. Balanço Patrimonial (BP).....	14
II. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).....	15
III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).....	16
IV. Demonstração do Valor Adicionado (DVA).....	17
V. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).....	18
VI. Notas Explicativas (NE).....	19
1. Ativo.....	19
1.1. Ativo Circulante	19
1.1.1. Caixa e Equivalente de Caixa.....	19
1.1.2. Valores a Curto Prazo	19
1.1.3. Outros Valores a Receber.....	20
1.1.4. Estoques	20
1.2. Ativo Não Circulante	22
1.2.1 Depósitos Judiciais.....	22
1.2.2 Imobilizado	23
1.2.2.1 Bens Móveis.....	23
1.2.2.2 Bens Imóveis.....	24
1.2.2.3 Depreciação e amortização Acumulada	25
1.2.4 Impairment de ativos não financeiros e Revisão de Vida Útil	26
1.2.5 Intangíveis	27
2.1 Passivo Circulante.....	28
2.1.1 Obrigações Trabalhista a Pagar.....	28
2.1.2 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.....	28
2.1.3 Demais Obrigações a Curto Prazo.....	29
2.1.3.1 Retenções de impostos e contribuições	29
2.1.3.2 Cauções Recebidas.....	30
2.1.4 Obrigações Transitórias a Curto Prazo.....	30
2.2 Passivo Não Circulante	31
2.2.1 Contingências para Indenizações Trabalhistas e Cíveis.....	31
a) Classificação Provável	31
b) Classificação Possível	31
2.2.2 Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC	32
2.3 Patrimônio Líquido	34
2.3.1 Capital Social Subscrito	34
2.3.2 Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital – AFAC.....	35
2.3.3 Lucros ou Prejuízos Acumulados.....	35
2.3.4 Resultado do Exercício.....	35
2.3.5 Ajuste de Exercícios Anteriores	35
3 Demonstração do Resultado do Exercício.....	36
3.1 Receitas Operacionais	36
3.2 Despesas Operacionais.....	37
3.2.1.1 Remuneração a Pessoal	38
3.2.1.2 Encargos Patronais	38
3.2.1.3 Benefícios a Pessoal.....	38
3.2.1.4 Outras Despesas com Pessoal e Encargos.....	39
3.2.2 Despesa com Uso de Bens e Serviços	39
3.2.3 Depreciação e Amortização.....	41

3.2.4	Provisões de Riscos Fiscais.....	41
3.2.5	Despesas Tributárias	42
3.2.6	Demais Resultados	42
3.2.7	Resultado Financeiro.....	43
3.2.7.1	Receitas Financeiras	43
3.2.7.2	Despesas Financeiras.....	44
3.3	Resultado Antes da Contribuição Social e Imposto de Renda	45
3.4	Ativo Fiscal Diferido.....	45
3.5	Diferimento da subvenção governamental	46
3.6	Resultado do Exercício.....	46
4	Conciliação conforme acórdão nº 2016/2006 – TCU – plenário.....	46
5	Informações Complementares - Remuneração pagas a empregados e administradores ..	47

Mensagem da Diretoria Executiva

Prezados (as) Senhores (as),

A Diretoria Executiva da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, conforme inciso XIV do art. 11 do Regimento Interno da EBSEH, aprovado na 49ª Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 10 maio de 2016, submete ao exame e deliberação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas referentes à situação patrimonial e financeira no trimestre findo em 30 de setembro de 2018.

Com o objetivo de atender o disposto no art. 16, inciso VIII do Estatuto Social da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, aprovado pelo Decreto nº 7.661, de 28 de dezembro de 2011, e demais normas em vigor, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base na Lei 6.404/76.

A EBSEH tem por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação, às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres, de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa, à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição, a autonomia universitária.¹

Consoante o disposto no Art. 4º, da Lei 12.550, de 15 de dezembro de 2016, a EBSEH tem por competência:

I - Administrar unidades hospitalares, bem como prestar serviços de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, no âmbito do SUS;

II - Prestar às instituições federais de ensino superior e a outras instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, mediante as condições que forem fixadas em seu estatuto social;

¹ Art. 3º, a Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011.

III - apoiar a execução de planos de ensino e pesquisa de instituições federais de ensino superior e de outras instituições congêneres, cuja vinculação com o campo da saúde pública ou com outros aspectos da sua atividade torne necessária essa cooperação, em especial na implementação das residências médica, multiprofissional e em área profissional da saúde, nas especialidades e regiões estratégicas para o SUS;

IV - Prestar serviços de apoio à geração do conhecimento em pesquisas básicas, clínicas e aplicadas nos hospitais universitários federais e a outras instituições congêneres;

V - Prestar serviços de apoio ao processo de gestão dos hospitais universitários e federais e a outras instituições congêneres, com implementação de sistema de gestão único com geração de indicadores quantitativos e qualitativos para o estabelecimento de metas; e

VI - Exercer outras atividades inerentes às suas finalidades, nos termos do seu estatuto social. ”

Seguindo as premissas legais, foram definidas a missão e a visão institucionais da Empresa.

A missão institucional da EBSERH é aprimorar a gestão dos Hospitais Universitários Federais e congêneres, prestar atenção à saúde de excelência e fornecer um cenário de prática adequado ao ensino e pesquisa para docentes e discentes.

A visão é ser referência na gestão de Hospitais Universitários Federais e congêneres, prestando atenção à saúde de excelência e fornecer um cenário de prática adequado à formação profissional e à geração de conhecimento em saúde.

As Demonstrações Contábeis consolidadas consideram as características de constituição da EBSERH e os atos e fatos que ensejaram os lançamentos por cada unidade hospitalar, os quais são de responsabilidade das equipes envolvidas e atuantes em cada local. Dessa forma, sempre que necessário, as demonstrações devem ser analisadas em conjunto com outros documentos disponíveis nos diversos setores responsáveis pela execução e lançamento dos eventos contabilizados.

Práticas Contábeis Adotadas

Nota a) – Contexto Operacional

A EBSERH foi criada em 2011, como resposta do Governo Federal às questões e deficiências na gestão dos Hospitais Universitários Federais, apontadas nos acórdãos 1.520/2006, 2.813/2009 e 2.681/2011, do Tribunal de Contas da União – TCU, dentre as quais a necessidade de substituição dos contratos de mão de obra precarizados por funcionários públicos concursados, de reestruturação física e tecnológica, de desvinculação administrativa das fundações de apoio, de adoção de controle de custos, de revisão da contratualização de serviços junto ao SUS e da adoção de soluções informatizadas de apoio à gestão.

No contexto de avaliação das Demonstrações Contábeis, cumpre esclarecer que a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH é constituída nos termos da Lei 12.550/2011, dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Educação, com capital social totalmente subscrito e integralizado exclusivamente público (100% da União), sendo integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social) e estando sujeita ao arcabouço legal, sistemas e controles postos para Administração Pública Federal.

Conforme a legislação em vigor, reger-se-á pela Lei 6.404/76, bem como por seu Estatuto Social, e pelas demais normas vigentes que lhe sejam aplicáveis. Por se tratar de uma empresa estatal dependente, está sujeita tanto às normas de direito público, quanto de direito privado. Assim, para o registro e avaliação das Demonstrações Contábeis deve ser observada a Legislação Societária, a Legislação aplicada ao Setor Público, além da legislação fiscal de âmbito Federal, Estadual e Municipal, e as Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil. Para a adequada orientação dos trabalhos também foram observadas as novas práticas aprovadas pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade-CFC nº 2016 NBC TSP - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público

A assunção da gestão dos Hospitais Universitários Federais com a EBSERH é firmada por meio da celebração de contrato de gestão com as Universidades Federais a que estão vinculadas as unidades hospitalares. Atualmente a EBSERH possui contratos firmados para a gestão de 40 (Quarenta) Hospitais Universitários Federais, de 32 Instituições Federais de Ensino Superior -

IFES. No mapa abaixo constam identificadas as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES que assinaram contrato com a EBSERH para a gestão das respectivas unidades hospitalares:

IFES COM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS



A transição da gestão dos hospitais para a EBSERH é realizada segundo as condições firmadas em cada instrumento contratual, e no que concerne à constituição fiscal das unidades filiadas, encontra-se em diferentes estágios, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 – Evolução do quantitativo de unidades com Execução Orçamentária e Financeira por exercício.

Contrato de Gestão	Unidade com CNPJ EBSERH	Execução Orçamentária e Financeira	Nº de Empregados (fonte GFIP)	Exercícios Financeiros
40	36	5	8.980	2014
		9	18.308	2015
		13	22.148	2016
		18	24.467	2017
		18	28.823	3º Trim/2018

Dentre os 40 HU com contrato de Gestão, apenas 01(um) encontra-se em processo de abertura de filial, para os demais, já foi providenciada a abertura de 36 CNPJ que totalizam 40 unidades hospitalares com contrato de gestão com a EBSERH, sendo que em 03 (três) casos as unidades foram reunidas em Complexos Hospitalares de Saúde, com 02 (dois) hospitais em cada complexo, por isso a redução no número de CNPJ em face ao quantitativo de unidades com contrato.

Uma vez assinado o contrato de gestão inicia-se o processo de transição orçamentária e financeira que, necessariamente, perpassa pelas etapas abaixo, de forma a garantir um ambiente administrativo adequado para que a Diretoria de Orçamento e Finanças repasse ao Hospital Universitário - HU a gestão orçamentária e financeira. Tal processo é delicado e tem-se mostrado complexo, já que envolve um conjunto diverso de atores necessários ao sucesso da transição.

Requisitos Básicos da Gestão Financeira e Orçamentária:

- Substituição total do pessoal precarizados por pessoal concursado;
- Sub-rogação dos contratos administrativos;
- Execução total no SIAFI, e exclusivamente na UG unidade EBSERH;
- Revisão do Contrato SUS para que a unidade EBSERH, e não a Universidade, seja a parte Contratada.

O processo de transição ao qual o HU deve se submeter ao se tornar gestão Ebserh é determinado por meio do contrato de adesão à Rede e envolve, de uma maneira geral:

- (i) Assinatura do contrato de adesão
- (ii) Registros cadastrais pertinentes (CNPJ, UG e UASG);
- (iii) Nomeação de equipe de governança;
- (iv) Realização de concurso público;
- (v) Desligamento de vínculos precarizados;
- (vi) Sub-rogação de contratos;
- (vii) Revisão e alteração do contrato SUS;
- (viii) Cessão dos ativos mobiliário e imobiliário.

É imperioso notar que este processo é delicado e deve ser coordenado, haja vista que além de os itens (iv), (v) e (vi) necessitarem ser temporalmente alinhados, muitos são os *stakeholders*: fornecedores, universidade, junta comercial dos estados, fundações de apoio, gestor local SUS, trabalhadores terceirizados, servidores e gestores do hospital. Essa profusão de interessados dificulta o processo pois muitas vezes existem interesses diversos e até mesmo divergentes.

Relativamente ao item (viii), até o encerramento deste trimestre não foi efetivado contabilmente nenhum processo de cessão dos bens pertencentes à Universidade para a EBSERH, embora os procedimentos de cessão estejam em andamento em 13 das 36 unidade que participaram da contratação do serviço de inventário.

Os hospitais da Rede iniciarão seus respectivos processos de cessão à medida que seus inventários forem finalizados.

Os procedimentos indicados acima constituem os pré-requisitos contratuais aos quais os HUs devem atender, e enquanto não concluídos o HU é considerado em processo de transição de gestão. Assim, não é o prazo consignado em contrato o fator que determina o encerramento do período de transição, e sim a consecução desses procedimentos. O prazo contratual deve corresponder ao tempo necessário para que o HU prepare a transferência de sua gestão à EBSERH.

Nota b) – Elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas da EBSERH (“Demonstrações Financeiras Intermediárias”) foram preparadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards - “IFRS”), implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração. As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas apresentam os saldos e transações da empresa.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas da EBSERH são de responsabilidade da administração, e foram elaboradas de acordo com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei 6.404/76, incluindo as alterações promovidas pela Lei 11.638/07, Lei 11.941/09, e Normas Brasileiras de Contabilidade. A EBSERH como entidade da Administração Pública Federal Indireta, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na modalidade total, e em 2018 realizou suas execuções com base no calendário de fechamento do SIAFI, nos termos do Art. 5º da Lei 13.473, de 08 de agosto de 2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO), que dispôs, dentre outros, sobre as diretrizes para a elaboração do Orçamento, e assim estabeleceu:

“Art. 5º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas

pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade total no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.”

Os registros contábeis e fiscais foram normatizados por meio do Memorando Circular DOF 01/2017 – DOF/EBSERH/MEC, de 21 de fevereiro de 2017.

Nota c) - Principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na EBSERH têm como base os padrões internacionais de contabilidade - Internacional Financial Reporting Standards - IFRS, implantados no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Dessa forma, as Demonstrações Contábeis da Empresa foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Os valores foram obtidos com base nos documentos extraídos no SIAFI pelas Unidades Gestoras da EBSERH, e conciliados com os demais documentos fiscais.

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em reais mil, exceto quando indicado de outra forma.

A Empresa realiza registros contábeis de acordo com as seguintes definições:

Performance Financeira Refletida pelo Regime de Competência (Accruals)

O regime de competência retrata com propriedade os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação nos períodos em que ditos efeitos são produzidos, ainda que os recebimentos e pagamentos em caixa derivados ocorram em períodos distintos. Isso é importante em função de a informação sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação, e sobre as mudanças nesses recursos econômicos e reivindicações ao longo de um período, fornecer melhor base de avaliação da performance passada e futura da entidade do que a informação puramente baseada em recebimentos e pagamentos em caixa ao longo desse mesmo período.

Ativo circulante - São os bens e direitos que a empresa possui realizáveis até o encerramento do exercício seguinte, tais como as contas “Recursos da conta única aplicados” e “Limite de saque com vinculação de pagamento – (caixa disponível)”.

Estoques - São registrados pelo custo de aquisição e sua manutenção e controle físico estão a cargo de cada unidade da EBSERH, restando à contabilidade a evidenciação dos valores levantados em cada local, informados nos Relatórios Mensais de Almojarifado - RMA e registrados no SIAFI.

Ativo não Circulante - É composto pelos subgrupos “Bens Móveis”, “Imóveis” e “Intangível”, reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou produção, deduzido da respectiva depreciação e amortização.

Depreciação/amortização - é calculada pelo método linear, mediante a utilização de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, sem extrapolar os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99, e na Instrução Normativa SRF nº 1.700/2017, conforme tabela abaixo:

TABELA DE VIDA ÚTIL E VALOR RESIDUAL		Vida útil	Valor Residual
Conta	Descrição da Conta	(anos)	
12311.01.01	Aparelhos de medição e orientação	15	10%
12311.01.02	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20%
12311.01.03	Equipam/utensílios méd., odonto, lab e hosp.	15	20%
12311.01.04	Aparelho e equip. p/esportes e diversões	10	10%
12311.01.05	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10%
12311.01.06	Máquinas e equipamentos industriais	20	10%
12311.01.07	Máquinas e equipamentos energéticos	10	10%
12311.01.08	Máquinas e equipamentos gráficos	15	10%
12311.01.09	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10%
12311.01.21	Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10%
12311.01.24	Máquinas e equipamentos eletroeletrônicos	10	10%
12311.01.25	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%
12311.02.01	Equipamntos de processamento de dados	5	10%
12311.03.01	Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%
12311.03.02	Máquinas e utensílios de escritório	10	10%
12311.03.03	Mobiliário em geral	10	10%
12311.04.02	Coleções e materiais bibliográficos	10	0%
12311.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%
12311.05.01	Veículos em geral	15	10%
12311.05.03	Veículos de tração mecânica	15	10%
12311.99.09	Peças não incorporáveis a imóveis	10	10%
12321.07.00	Instalações	10	10%
12481.01.00	Amortização do Intangível	5	0%

Impairment de ativos não financeiros - Conforme prevê o NBC TG 01 R4, e Lei 11.638/2007, a Administração da EBSERH deverá revisar o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o Imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda dos ativos menos os custos estimados para a venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo, unidade geradora de caixa ou mesmo o valor atual de mercado

Passivo Circulante - Obrigações a serem pagas até o encerramento do exercício social seguinte. Referem-se às obrigações com fornecedores, retenções de tributos, obrigações patronais e outras obrigações a pagar assumidas no curso normal das atividades da empresa.

Passivo não circulante – O passivo deve ser classificado como não circulante quando a sua exigibilidade for, pelo menos, doze meses após a data do balanço, sendo compostos pelas provisões jurídicas e pelo Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital.

Patrimônio Líquido – É o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. O capital social está representado pela totalidade pertencente a União.

Ativos e Passivos Financeiros - Estão registrados a valor presente em razão do regime de competência no reconhecimento das receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, com incerteza de data para pagamento, estão mensurados a valor presente visto que são escriturados inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente de acordo com as regras e critérios da consultoria jurídica da empresa. A empresa não dispõe de ativos financeiros para venda.

O regime de tributação adotado para fins de cálculo do IRPJ e CSLL é o Lucro Real.

I. Balanço Patrimonial (BP)
EBSERH - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
Balanço Patrimonial Consolidado em BrGaap

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	NOTA	30.09.2018	31.12.2017
CIRCULANTE	1.1	400.437.575	230.056.802
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.1.1	84.554.795	136.444.771
Valores a Curto Prazo - FAEC	1.1.2	106.554.227	2.959.258
Outros Valores a Receber	1.1.3	93.976.936	17.121
Estoques	1.1.4	115.351.616	90.635.652
NÃO CIRCULANTE	1.2	177.771.183	144.073.315
Depósitos Judiciais	1.2.1	7.652.860	2.145.034
Imobilizado	1.2.2	127.559.111	101.209.666
Bens Móveis	1.2.2.1	172.674.347	134.607.120
Depreciação	1.2.2.3	(47.813.905)	(34.543.375)
Bens Imóveis	1.2.2.2	2.732.855	1.164.979
Depreciação	1.2.2.3	(34.186)	(19.058)
Intangível	1.2.5	42.559.212	40.718.614
Software		42.571.690	40.719.953
Amortização		(12.478)	(1.338)
TOTAL DO ATIVO		578.208.758	374.130.117

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

EBSERH - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
Balanço Patrimonial Consolidado em BrGaap

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO	NOTA	30.09.2018	31.12.2017
CIRCULANTE	2.1	552.848.150	240.178.872
Obr. Trabalhista a Pagar	2.1.1	489.475.057	198.500.944
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.1.2	59.947.647	39.429.171
Demais Obrigações a Curto Prazo	2.1.3	3.121.423	1.988.645
Obrigações Transitórias a Curto Prazo	2.1.4	304.022	260.112
NÃO CIRCULANTE	2.2	208.410.896	193.138.210
Contingência para Indenizações Trabalhistas	2.2.1	29.742.597	23.152.219
Contingência para Indenizações Cíveis	2.2.1	4.411.975	3.742.879
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	2.2.2	174.256.324	166.243.112
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.3	(183.050.288)	(59.186.965)
Capital Social Realizado	2.3.1	5.000.000	5.000.000
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - AFAC	2.3.2	86.163.890	47.718.253
Resultados Acumulados		(274.214.179)	(111.905.218)
Ajuste de Exercícios Anteriores	2.3.5	(237.073)	(21.257.965)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	2.3.3	(111.905.218)	(75.748.700)
Resultado do Exercício	2.3.4	(162.071.888)	(14.898.552)
TOTAL DO PASSIVO		578.208.758	374.130.117

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas

II. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)
EBSERH - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
Demonstração do Resultado do Exercício - BrGaap

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	Nota	01.07.2018	01.01.2018	01.07.2017	01.01.2017
		a	a	a	a
		30.09.2018	30.09.2018	30.09.2017	30.09.2017
Receitas Operacionais		1.248.327.455	3.482.387.715	883.389.975	2.788.988.010
Contrato de Repasses Sus	3.1	98.437.227	263.115.242	138.021.152	319.582.512
Outros Repasses Recebidos	3.1	1.149.890.228	3.219.272.473	745.368.824	2.469.405.499
Despesas Operacionais	3.2	(2.494.600.198)	(3.634.843.597)	(949.231.480)	(2.874.726.953)
Despesa com Pessoal, Encargos e Benefícios	3.2.1	(2.070.912.619)	(2.948.015.464)	(761.556.770)	(2.362.897.227)
Remuneração a Pessoal	3.2.1.1	(844.850.134)	(2.078.882.281)	(533.232.036)	(1.663.560.984)
Encargos Patronais	3.2.1.2	(289.795.837)	(665.702.289)	(171.578.012)	(531.265.152)
Benefícios a Pessoal	3.2.1.3	(76.494.644)	(195.590.870)	(54.527.362)	(159.530.796)
Outras Despesas com Pessoal e Encargos	3.2.1.4	(2.277.508)	(7.840.025)	(2.219.360)	(8.540.295)
Despesa com Uso de Bens e Serviços		(199.486.665)	(600.058.293)	(163.932.753)	(441.400.697)
Uso de Material de Consumo	3.2.2	(76.912.448)	(207.403.906)	(52.195.278)	(156.519.214)
Serviços Tomados	3.2.2	(117.848.485)	(379.357.589)	(92.986.479)	(259.975.630)
Depreciação e Amortização	3.2.3	(4.725.732)	(13.296.798)	(4.917.906)	(9.735.437)
Provisões de Riscos Fiscais	3.2.4	(1.649.117)	(7.259.474)	(13.833.090)	(15.170.415)
Despesas Tributárias	3.2.5	(55.863)	(380.602)	(62.328)	(321.116)
Impostos, Taxas e Contribuições		(55.863)	(380.602)	(62.328)	(321.116)
Demais Resultados	3.2.6	(26.076.913)	(79.129.764)	(23.679.629)	(70.107.913)
Resultado Antes das Receitas/Despesas Financeiras		(60.992.270)	(152.455.883)	(65.841.505)	(85.738.942)
Resultado Financeiros	3.2.7	(3.993.218)	(9.616.005)	(4.528.344)	(12.019.930)
Receitas Financeiras	3.2.7.1	38.978	118.633	377.801	1.457.337
Despesas Financeiras	3.2.7.2	(4.032.196)	(9.734.639)	(4.906.145)	(13.477.266)
Resultado antes da Contrib. Social Sobre o Lúcro Líquido		(64.985.488)	(162.071.888)	(70.369.849)	(97.758.872)
Provisão Contribuição Social		-	-	-	-
Resultado antes do Imposto de Renda		(64.985.488)	(162.071.888)	(70.369.849)	(97.758.872)
Provisão para Imposto de Renda		-	-	-	-
Resultado do Exercício	3.6	(64.985.488)	(162.071.888)	(70.369.849)	(97.758.872)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas

III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
EBSERH - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

Demonstração Intermediária Consolidada dos Fluxos de Caixa em BrGaap

30 de setembro de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	01.07.2018	01.07.2017
	a	a
	30.09.2018	30.09.2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	(162.071.888)	(97.758.872)
Ajuste de Exercício Anterior	96.876.128	15.129.241
Ajuste de Caixa - AFAC (Patrimônio Líquido)	3.483.914	37.073.253
Ajustes por:		
Depreciação e Amortização	4.725.732	4.421.988
Valores a Curto Prazo - FAEC	(85.954.451)	-
Outros Valores a Receber	(5.094.710)	72.331
Estoques	(15.426.547)	(5.376.490)
Depósitos Judiciais	(1.847.779)	(438.211)
Obr. Trabalhista a Pagar	188.694.908	35.160.076
Fornecedores e Contas a Pagar CP	(19.037.821)	7.286.999
Demais Obrigações a CP	(661.153)	623.041
Contingências para indenizações cíveis e trabalhistas (LP)	1.649.117	13.736.124
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.335.449	9.929.480
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adição (-) Baixa de Imobilizado	(10.964.937)	(6.337.786)
Adição (-) Baixa de Intangível	(335.035)	(2.963.178)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(11.299.972)	(9.300.964)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Reserva de transferência para AFAC Curto Prazo	-	-
Reserva de transferência para AFAC Longo Prazo (PNC)	2.724.457	(2.063.303)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2.724.457	(2.063.303)
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(3.240.066)	(1.434.787)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	87.794.861	118.993.131
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	84.554.795	117.558.343

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

IV. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**EBSERH - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES**

Demonstração Valor Adicionado em BrGaap

30 de Setembro de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	01.07.2018	01.07.2017
	a	a
	30.09.2018	30.09.2017
Geração de Valor Adicionado		
1 - Receitas	130.791.993	1.194.361
1.1 - Atividades Operacionais	130.791.993	1.194.361
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros	546.258.712	386.004.845
2.1 - Materiais de Consumo	196.368.149	147.167.032
2.2 - Energia elétrica, Água e Esgoto, Gás	31.782.616	24.949.027
2.3 - Serviços de Terceiros	318.107.946	213.888.785
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	(415.466.719)	(384.810.483)
4 - Depreciação, Amortização e Exaustão	13.296.798	9.742.999
4.1 - Depreciação do Período	13.285.658	9.723.872
4.2 - Amortização do Período	11.140	19.127
5 - Valor Adicionado Líquido (3-4)	(428.763.517)	(394.553.483)
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	3.333.815.099	2.779.441.225
6.1 Repasses e Cotas Financeiras	3.312.114.363	2.745.649.088
6.2 Receitas Financeiras	-	-
6.3 Outras	21.700.736	33.792.137
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	2.905.051.582	2.384.887.742
8 - Distribuição do Valor Adicionado	2.905.051.582	2.384.887.742
8.1 - Remuneração do Trabalho	3.034.404.702	2.450.619.011
8.1.1 - Pessoal e Diárias	2.368.702.414	1.919.353.859
8.1.2 - Encargos	665.702.289	531.265.152
8.2 - Remuneração do Governo	1.502.456	1.537.603
8.2.1 - Impostos, Taxas e Contribuições	1.502.456	1.537.603
8.3 - Remuneração do Capital de Terceiros	31.216.312	30.490.000
8.3.1 - Aluguéis	31.216.312	30.490.000
8.4 - Remuneração de Capital Próprio	(162.071.888)	(97.758.872)
8.4.1 Resultado do Exercício	(162.071.888)	(97.758.872)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

V. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)
EBSERH - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - BrGaap

30 de Setembro de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Componentes	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital - AFAC	Reservas de Lucro	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos Iniciais (01/01/2017)	5.000.000	-	-	(75.748.700)	(70.748.700)
Resultado Líquido do Exercício				(100.235.390)	(100.235.390)
Adiantamento Fut Aume Cap - AFAC		37.073.253			37.073.253
Compensação do Prejuízo					-
Ajustes de Exercícios Anteriores					-
Saldos Finais em 30/09/2017	5.000.000	37.073.253	-	(175.984.090)	(133.910.837)

Componentes	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital - AFAC	Reservas de Lucro	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos Iniciais (01/01/2018)	5.000.000	47.718.253	-	(111.905.218)	(59.186.965)
Resultado Líquido do Exercício				(162.071.888)	(162.071.888)
Adiantamento Fut Aume Cap - AFAC		38.445.637			38.445.637
Compensação do Prejuízo					-
Ajustes de Exercícios Anteriores				(237.073)	(237.073)
Saldos Finais em 30/09/2018	5.000.000	86.163.890	-	(274.214.179)	(183.050.289)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

VI. Notas Explicativas (NE)

1. Ativo

São os bens e direitos que a Ebserh possui e são demonstrados em ordem decrescente de realização. O ativo está registrado nas contas dos grupos Ativo Circulante e Ativo Não Circulante.

1.1. Ativo Circulante

São os bens e direitos que a empresa possui realizáveis até o encerramento do exercício seguinte, tais como as contas “Recursos da conta única aplicados” e “Limite de saque com vinculação de pagamento”.

1.1.1. Caixa e Equivalente de Caixa

	R\$ mil	
	30.09.2018	31.12.2017
Recursos da conta unica Aplicados	16.453.357	11.718.108
Demais contas - Caixa Econômica Federal	494.280	68.029
Limite de saque com vinculação de pagamento	67.607.158	124.658.634
Total	84.554.795	136.444.771

- a) Recursos da conta única no BACEN - os valores advêm das receitas de concursos realizados e de contratualização com os hospitais em observância a contratos firmados com as Secretarias Municipais/Estaduais de Saúde.
- b) Demais contas - Caixa Econômica Federal - representa os recursos recebidos de fornecedores de serviços e materiais, a título de caução contratual.
- c) Limite de saque – “Caixa Disponível” - Representa o caixa disponível da EBSEH. A variação representa a realização de pagamento em valores maior que os recebidos dentro do período, ocasionando a redução do caixa disponível.

1.1.2. Valores a Curto Prazo

	R\$ mil	
	30.09.2018	31.12.2017
FAEC/FNS	106.554.227	2.959.258
Total	106.554.227	2.959.258

FAEC/FNS - O Fundo de Ações Estratégicas e Compensação tem por finalidade financiar procedimentos e políticas consideradas estratégicas, e novos procedimentos incorporados à Tabela do SUS. Os valores são relativos aos contratos com gestor local de saúde e unidades da EBSERH, os quais aguardam liberação do Fundo Nacional de Saúde - FNS para o recebimento (Item 16 do CPC 07 - R1).

1.1.3. Outros Valores a Receber

	R\$ mil	
	30.09.2018	31.12.2017
Adiantamento a Receber a Curto Prazo	93.956.367	20.209
Multas Contratuais a Curto Prazo	20.569	17.121
Total	94.068.984	37.331

- a) Adiantamento a Receber a Curto Prazo – Corresponde o adiantamento de 13º Salário no valor de R\$ 87.029.800,22; Adiantamento de Férias no valor de R\$ 6.604.308,11; Adiantamento de Suprimento de Fundos no valor de R\$ 266.276,26; Alugueis a receber no valor de R\$ 34.100,00; Valores a receber por devolução de despesa no valor de R\$ 13.892,36 e Assinaturas e Anuidades a Apropriar no valor de 7.989,98.
- b) Multas Contratuais a Curto Prazo - São valores relacionados a quebra de contrato por parte dos fornecedores de serviço ou material, que por descumprimento de cláusulas contratuais foram autuados e multados.

A variação apresentada é compreensível visto que o saldo apresentado em 31/12/2017 não apresenta valores referentes a adiantamento para décimo terceiro e férias.

1.1.4. Estoques

	R\$ mil	
R\$ mil	30.09.2018	31.12.2017
Material de consumo	115.349.114	90.635.652
Material de consumo em trânsito	2.502	
Total	115.351.616	90.635.652

São registrados pelo custo de aquisição e sua manutenção e controle físico estão a cargo de cada unidade da EBSERH. São evidenciados considerando os valores levantados no sistema de

controle em cada almoxarifado local, atualizados nos Relatórios Mensais de Almoxarifado - RMA e registrados no sistema contábil.

Os maiores saldos de estoques, conforme se verifica na tabela a seguir, estão agregados nas naturezas de despesa de Material Hospitalar e Material Farmacológico, visto que são materiais essenciais para a prestação dos serviços e funcionamento das unidades hospitalares.

	R\$ mil	
Material de Consumo	30.09.2018	31.12.2017
Combustíveis e lubrificantes automotivos	13.773	35.607
Combustíveis e lubrif. p/ outras finalidades	29.733	1.430
Gás e outros materiais engarrafados	1.796.790	745.978
Gêneros de alimentação	1.561.442	893.893
Material farmacológico	35.395.995	32.110.404
material odontológico	597.927	797.717
Material Químico	1.931.686	1.594.825
Material de coudelaria ou de uso zootécnico	33.367	38
Material educativo e esportivo	6.195	40
Material de expediente	1.411.815	1.232.253
Material de tic - Material de Consumo	457.860	241.022
Material de acondicionamento e embalagem	990.494	309.478
Material de cama, mesa e banho	986.232	421.883
Material de copa e cozinha	359.244	323.368
Material de limpeza e prod. de higienização	1.420.194	1.086.245
Uniformes, tecidos e aviamentos	669.941	404.634
Material p/ manut.de bens imóveis/instalações	1.016.136	840.651
Material p/ manutenção de bens móveis	2.457.290	1.697.794
Material elétrico e eletrônico	849.925	751.605
Material de proteção e segurança	707.419	615.395
Material p/ áudio, vídeo e foto	143.341	94.218
Material para comunicações	1.883	833
Material laboratorial	6.415.036	2.971.907
Material hospitalar	53.926.850	50.996.022
Material p/ manutenção de veículos	23.087	28.622
Material biológico	30.300	25.155
Material p/ utilização em gráfica	23	24
Ferramentas	16.493	12.698
Material p/ reabilitação profissional	331.944	155.837
Material de sinalização visual e outros	46.776	36.587
Material bibliográfico	354	354
Bandeiras, flâmulas e insígnias	7.014	2.072
Despesa de Exercício Anterior	0	4.785
Outros materiais de consumo	462.811	571.820
Total	115.349.114	90.635.652

Com o intuito de confirmar o registro do valor em estoque, foi publicada a Norma Operacional Resolução-SEI nº 82/2018, para normatizar os procedimentos de realização de inventário físico dos estoques das unidades da EBSERH, objetivando melhorar os controles e corrigir falhas anteriormente detectadas. A publicação da referida norma buscou atender as orientações da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, nos seguintes aspectos:

- Verificação dos valores e quantidades contabilizados como estoques, correspondentes à existência física dos materiais de produção, produtos em elaboração e produtos acabados;
- Verificação da confiabilidade dos controles e métodos de armazenamento e movimentação dos materiais;
- Aplicabilidade do Pronunciamento Técnico CPC 16(R1) - Estoque, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 2), no que diz respeito ao tratamento contábil, valor do custo reconhecido como ativo, permanência dos ativos até o reconhecimento da receita, redução ao valor realizável líquido, e métodos e critérios utilizados para atribuir custos aos estoques.
- Aplicabilidade da Resolução CFC N.º 1.137/08, que aprova a NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, alterada pela Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 04, de 25 de novembro de 2016, e o Art. 106 da Lei 4.320/64.

1.2. Ativo Não Circulante

São os bens (corpóreos ou intangíveis) destinados ao funcionamento operacional da Empresa e que se pretende gerar benefícios sociais, trazendo bem-estar social à população onde está localizado o HU.

1.2.1 Depósitos Judiciais

	R\$ mil	
R\$ mil	30.09.2018	31.12.2017
Depósitos Judiciais Efetuados	3.885.877	780.393
Depósitos Efetuados P/Interposição de Recurso	3.766.983	1.364.642
Total	7.652.860	2.145.034

São valores referentes aos depósitos realizados em virtude de processos judiciais em trâmite na Justiça do Trabalho. A variação positiva se deve ao surgimento de novas ordens judiciais de depósito, somadas aos saldos anteriores que aguardam trânsito em julgado.

1.2.2 Imobilizado

São os bens móveis e imóveis destinados ao uso da empresa e que geram valor social e benefícios futuros, como a incorporação de novos equipamentos para melhoria dos serviços de saúde prestados à população no âmbito do SUS. O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação/amortização, conforme CPC 27- IAS 16.

Movimentação de Imobilizado	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2017	Adições	Baixas	Saldo em 30.09.2018
Bens Móveis	134.607.120	52.004.812	13.937.585	172.674.347
Bens Imóveis	1.164.979	2.836.931	1.269.055	2.732.855
Depreciação e Amortização Acumulada	(34.562.433)	(14.805.913)	(1.520.255)	(47.848.091)
Redução a Valor Recuperável - Impairment				
Total	101.209.666	40.035.8305	13.686.385	127.559.111

1.2.2.1 Bens Móveis

Representa os investimentos em aparelhos, equipamentos, máquinas e utensílios médico/odontológico/hospitalar, máquinas de ar condicionado, geradores de energia elétrica, servidores de internet, ferramentas e mobiliário em geral. A conta “Bens Móveis” variou 19% em relação ao período anterior. No geral os bens móveis compõem-se de bens adquiridos pela EBSERH para melhor equipar os Hospitais Universitários da rede. A evolução do crescente deste tipo de patrimônio vai ao encontro das necessidades de reestruturação física e tecnológica apontada pelo TCU, bem como a execução do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF).

Bens Móveis	R\$ mil	
	30.09.2018	31.12.2017
Aparelhos de medição e orientação	538.284	258.443
Aparelhos e equipamentos de comunicação	3.735.544	3.453.375
Equipam/utensílios médicos,odonto,	77.052.379	49.850.781
Aparelho e equipamento p/esportes	119.255	16.085
Equipamento de proteção, segurança	843.960	382.520
Máquinas e equipamentos industriais	271.880	225.373
Máquinas e equipamentos energético	1.839.660	1.606.515
Máquinas e equipamentos gráficos	11.465	3.580
Máquinas, ferramentas e utensílios	92.323	62.807
Equipamentos, peças e acessórios	7.000	0
Equipamentos hidraulicos e eletricos	71.465	30.141
Máquinas e equipamentos eletro-eletrônicos	170.842	105.610
Máquinas, utensílios e equipamentos	1.203.175	997.306
Equipamentos de processamento de dados	67.200.562	62.913.160
Aparelhos e utensílios domésticos	4.683.473	3.127.614
Máquinas e utensílios de escritórios	113.772	92.915
Mobiliário em geral	10.410.511	7.949.198
Coleções e materiais bibliográfico	31.093	20.838
Equipamentos para audio, video e foto	1.348.858	1.109.360
Veículos em geral	35.640	11.126
Veículos de tração mecânica	660.029	176.529
Bens móveis em elaboração	8.015	0
Bens móveis em trânsito	0	0
Pecas não incorporaveis a imóveis	2.117.939	2.213.843
Material de uso duradouro	107.224	0
Depreciação Acumulada - Bens Móveis	(47.813.905)	(34.543.375)
Total	124.860.442	100.063.745

1.2.2.2 Bens Imóveis

Os bens imóveis registrados tem como principal característica investimentos de melhoria, adequações e ampliação nos hospitais da rede EBSEH. Considerando que a propriedade dos edifícios onde estão instalados os hospitais pertencem as Universidades, os investimento com obras e benfeitorias são registrados em contas relacionadas a imóveis de terceiros.

	R\$ mil	
Bens Imóveis	30.09.2018	31.12.2017
Obras em Andamento/Em propriedade de Terceiros	444.941	753.507
Instalações	431.772	411.472
Benfeitorias em propriedades de Terceiros	1.856.141	
Depreciação/Amortização Acumulada	(34.186)	(19.058)
Total	2.010.172	1.145.921

- a) “Obras em Andamento em Propriedade de Terceiros” e “Benfeitorias em Propriedade de Terceiros - Corresponde aos investimentos em ampliação e melhorias de infraestrutura nas unidades hospitalares.
- b) Instalações - Registra o custo de implantação de instalações que, não obstante integradas aos edifícios, devem ser segregadas das obras civis.

As taxas de amortização, valor residual e vida útil estão descritas na Nota a), página 12.

1.2.2.3 Depreciação e amortização Acumulada

Foi calculada pelo método linear mediante a utilização da vida útil econômica dos bens (Nota a – Contexto Operacional, página 12), sem extrapolar os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa SRF nº 1.700/2017. O controle patrimonial e o cálculo da depreciação são realizados no sistema SIG-Patrimônio, sob a responsabilidade da Diretoria de Administração e Infraestrutura. Ressalta-se que algumas unidades se encontram em fase de migração de informações de outros sistemas para o SIG-Patrimônio.

R\$ mil

Descrição	30.09.2018			31.12.2017			
	Bens Móveis	Custo histórico	Depreciação Acumulada	Líquido Contábil	Custo histórico	Depreciação Acumulada	Líquido Contábil
Aparelhos de medição e orientação		538.284	(49.014)	489.270	258.443	(24.592)	233.851
Aparelhos e equip. de comunicação		3.735.544	(1.062.714)	2.672.830	3.453.375	(844.351)	2.609.024
Equipam/uten. méd., odonto, lab e hosp.		77.052.379	(7.784.627)	69.267.752	49.850.781	(4.799.416)	45.051.366
Aparelho e equip. p/esportes		119.255	(3.525)	115.730	16.085	(1.543)	14.542
Equip. de proteção, segurança e socorro		843.960	(98.093)	745.867	382.520	(68.112)	314.408
Máquinas e equipamentos industriais		271.880	(16.219)	255.661	225.373	6.691	218.682
Máquinas e equipamentos energéticos		1.839.660	(358.622)	1.481.038	1.606.515	(234.469)	1.372.046
Máquinas e equipamentos gráficos		11.465	(679)	10.786	3.580	(237)	3.343
Máquinas, ferram. e utens. de oficina		92.323	(6.907)	85.416	62.807	(1.212)	61.595
Equipamentos, peças e acessórios p/ automov		7.000	(210)	6.790	-	-	-
Equipamentos hidra. e elétr.		71.465	(2.898)	68.567	30.141	(1.133)	29.008
Máquinas e equip. eletroel.		170.842	(287)	170.555	105.610	(227)	105.383
Máquinas, utens. e equip. diversos		1.203.175	(126.861)	1.076.314	997.306	(50.337)	946.970
Equip. de proc. de dados		67.200.562	(33.256.448)	33.944.114	62.913.160	(25.329.136)	37.584.024
Aparelhos e utens. domésticos		4.683.473	(500.199)	4.183.274	3.127.614	(258.843)	2.868.771
Máquinas e utens. de escritório		113.772	(43.000)	70.772	92.915	(36.000)	56.915
Mobiliário em geral		10.410.511	(2.404.671)	8.005.840	7.949.198	(1.790.672)	6.158.526
Coleções e materiais bibliográficos		31.093	(3.214)	27.879	20.838	(2.429)	18.409
Equip. para áudio, vídeo e foto		1.348.858	(314.302)	1.034.556	1.109.360	(229.204)	880.156
Veículos em geral		35.640	(2.054)	33.586	11.126	(722)	10.403
Veículos de tração mecânica		660.029	(26.679)	633.350	176.529	(3.978)	172.551
Bens Móveis em Elaboração		8.015	-	8.015	-	-	-
Peças não incorporáveis a imóveis		2.117.939	(1.742.198)	375.741	2.213.843	(859.286)	1.354.557
Material de Uso Duradouro		107.224	(10.486)	96.738		(657)	(657)
Total		172.674.348	(47.813.905)	124.860.443	134.607.120	(34.543.375)	100.063.745

R\$ mil

Descrição	30.09.2018			31.12.2017			
	Bens Imóveis	Custo histórico	Amortização Acumulada	Líquido Contábil	Custo histórico	Amortização Acumulada	Líquido Contábil
Instalações		431.772		431.771,98			
Obras em Andamento Prop. Terceiro		444.941		444.941	411.472		
Benfeit. em Imóvel de Terceiros		1.856.141	(34.186)	1.821.955	753.507	(19.058)	734.449
Total		2.732.855	(34.186)	2.698.669	1.164.979	(19.058)	1.145.921

1.2.4 Impairment de ativos não financeiros e Revisão de Vida Útil

A Portaria nº 13 de 25/07/2017, publicada no Boletim de Serviço nº 300, de 31/07/2017, instituiu grupo de trabalho formado por membros da DAI e DOF para planejar a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de elaboração de relatório contendo laudo que possibilite a correta classificação contábil, adequação dos prazos de vida útil dos ativos, para cálculo da depreciação e amortização e valor residual (NBC TG 27 - R3), e Relatório do Teste de Recuperabilidade (Impairment Test) do valor de recuperação dos bens do ativo (NBC TG

26

01 - R3), atendendo ao que determina a legislação contábil, societária e fiscal, em especial o art. 183, inciso VII parágrafo 3º da Lei 6.404/76 Lei das S/A. Útil do bens do imobilizado, dentro do exercício de 2018.

Até o fechamento do 3º trimestre de 2018, a EBSERH não apresentou relatório de impairment e estudo de revisão e ajustes quanto aos critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

1.2.5 Intangíveis

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, resultado do desenvolvimento de software ou de direitos contratuais ou de outros direitos legais. Os intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição, produção ou desenvolvimento de software, deduzido da respectiva amortização, calculada pelo método linear ao longo de suas vidas úteis.

A NBCTG 04 (R3) orienta que a contabilização de ativo intangível deve se basear em sua vida útil. Um ativo intangível com vida útil definida deve ser amortizado, enquanto a de um ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado. Com base no Processo nº 23477.014990/2017-19, os softwares que somam R\$ 41.329.208,00 foram classificados com vida útil indefinida. Os intangíveis amortizáveis estão com vida útil definida em 5 anos, conforme Nota c) - Principais práticas contábeis, página 12.

Descrição	30.09.2018			31.12.2017		
	Custo histórico	Amortização Acumulada	Líquido Contábil	Custo histórico	Amortização Acumulada	Líquido Contábil
Software - Vida Útil Definida	83.000	12.478	95.478	83.000	(1.338)	81.662
Software - Vida Útil Indefinida	41.329.208	-	41.329.208	39.477.471	-	39.477.471
Software - Em Desenvolvimento	1.159.482	-	1.159.482	1.159.482	-	1.159.482
Total	42.571.690	12.478	42.584.168	40.719.953	(1.338)	40.718.614

Intangíveis	Movimentação de Intangível		
	Saldo em 31.12.2017	Adições/Baixas	Saldo em 30.09.2018
Software	40.719.953	1.851.737	42.571.690
Amortização Acumulada	(1.338)	(11.140)	(12.478)
Redução a Valor Recuperável - Impairment	-	-	-
Total	40.718.614	1.840.598	42.559.212

2. Passivo

São os valores de obrigações que a EBSERH tem com terceiros, tais como fornecedores e empregados, conhecidos ou calculáveis, cujos valores podem ser acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, quando aplicável. São demonstrados em ordem crescente de exigibilidade.

2.1 Passivo Circulante

Obrigações a serem pagas até o encerramento do exercício social seguinte. É composto pelos subgrupos e respectivas contas demonstradas no Balanço Patrimonial:

2.1.1 Obrigações Trabalhista a Pagar

	R\$ mil	
	30.09.2018	31.12.2017
Salários, Remunerações e Benefícios	87.754	
Décimo Terceiro Salário a Pagar	188.820.107	
Férias a Pagar	28.494.905	198.500.944
Total	300.780.149	198.500.944

- Salários, Remunerações e Benefícios – Representa obrigações a pagar que por motivos de inconsistências nos sistemas não foram processadas junto com a folha de pagamento.
- Décimo Terceiro Salário a Pagar e Férias a Pagar – É registrado mensalmente com base em relatórios emitidos pela Diretoria de Gestão de Pessoas que leva em consideração um duodécimo do valor pago a pessoal a título de vencimentos e salários, adicionais e gratificações, acrescidos de um terço para o cálculo de férias .

2.1.2 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

	R\$ mil	
	30.09.2018	31.12.2017
Contas a Pagar - Credores Nacionais	59.947.647	39.429.171

Representa o conjunto de obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de terceiros, classificado como passivo circulante uma vez que o pagamento é devido até o fim do exercício social seguinte. As obrigações são reconhecidas pelo valor de Notas Fiscais e demais documentos de cobrança correspondentes que resultarão em futura execução financeira. A

comparação entre os períodos evidencia um crescimento de 52% quanto as obrigações com fornecedores.

2.1.3 Demais Obrigações a Curto Prazo

Representa as retenções de impostos e contribuições, as cauções contratuais recebidas e obrigações transitórias a curto prazo.

2.1.3.1 Retenções de impostos e contribuições

	R\$ mil	
	30.09.2018	31.12.2017
Retenções Previdenciárias	646.836	279.942
Impostos e Contribuições Diversos Devido	236	0
ISS	1.501.659	1.062.581
Depósitos Retidos de Fornecedores	238.503	147.372
Depósitos a Efetuar por Determinação Judicial	239.909	430.721
Total	2.627.143	1.920.615

Esse passivo origina-se da execução da folha de pagamento de pessoal e contratações diversas, bem como das aquisições de produtos e serviços de fornecedores, sobre os quais a legislação fiscal exige a retenção por parte do contratante.

- Retenção Previdenciária - Registra o valor das retenções, procedidas em pagamentos de empregados regidos pela consolidação das leis do trabalho (CLT) ou de serviços de terceiros, a ser recolhido ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social.
- Impostos e Contribuições Diversos Devidos - Registra os valores referentes as retenções na fonte, pela entidade, de impostos e contribuições diversos, relativas as importâncias pagas a terceiros, sobre os quais incidam os referidos tributos.
- ISS - Registra os valores do imposto sobre serviços retidos em consignações por força de legislação, circunstâncias ou acordo entre as partes envolvidas na transação, em situações que a entidade como parte contratante, atue como substituta tributária.
- Depósitos Retidos de Fornecedores - Atende as determinações do TCU para efetuar a retenção de encargos patronais referente aos colaboradores de empresas prestadoras de serviços terceirizados.

- e) Depósitos a Efetuar por Determinação Judicial – Registra as obrigações a pagar por determinação judicial. O valor em conta trata-se de despesa com pessoal que por motivo de inconsistência não foi operacionalizado no pagamento mensal da folha de pagamento.

2.1.3.2 Cauções Recebidas

	R\$ mil	
	30.09.2018	31.12.2017
Depósitos e Cauções Recebidos	494.280	68.029

É a contrapartida de depósitos realizados por fornecedores de serviços e materiais como garantia para o cumprimento de obrigação contratual. É obrigatória a devolução dos valores ao final da prestação dos serviços contratados.

2.1.4 Obrigações Transitórias a Curto Prazo

	R\$ mil	
Retenções de Impostos e Contribuições	30.09.2018	31.12.2017
Diárias a Pagar	10.176	
Incentivos a Educação, Cultura		3.600
Auxílios Financeiros a Pesquisador		162.700
GRU-Valores em Trânsito para Estorno	13.456	
Ordens Bancárias Canceladas	34.575	
Saque - Cartão de Pagamento do Gov. Fed.	84.499	5.652
Fatura - Cartão de Pagamento do Gov. Fed.	123.992	16.601
Obrigações com Entidades Fed. Estaduais e Municipais	37.324	71.559
Total	304.022	260.112

- a) Diárias a Pagar – Obrigação a pagar referente a verba concedida para pagamento de despesas como alimentação, estadia e deslocamento que o servidor realizar em razão da viagem no interesse da administração.
- b) GRU-Valores em Trânsito para Estorno de Despesa – Registra os valores recebidos por GRU a título de estorno de despesa.
- c) Ordens Bancárias Canceladas - Registra os valores recebidos por devolução a título de estorno de despesa por inconsistência do domicílio bancário.

- d) Saque e Fatura de Cartão de Pagamento do Governo Federal – Obrigações a pagar ou a regularizar devido ao uso de cartão de suprimimento de fundos nas modalidades saque e fatura.
- e) Obrigações com Entidades Fed. Estaduais e Municipais – Registra a despesa com reembolso a pessoal cedido.

2.2 Passivo Não Circulante

São as obrigações com terceiros, cujo prazo de pagamento ultrapassa o término do exercício seguinte. É composto pela conta de provisões de Contingências para Indenizações Trabalhistas, Cíveis, e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC.

2.2.1 Contingências para Indenizações Trabalhistas e Cíveis

a) Classificação Provável

31.12.2017		30.09.2018			R\$ mil
Natureza	Saldo Final	Adições	Reversões	Baixa	Saldo Final
Trabalhista	23.152.219	14.266.503	7.631.668	44.457	29.742.597
Cível	3.742.879	756.411	86.106	1.209	4.411.974
Total	26.895.098	15.022.914	7.717.773	45.665	34.154.572

b) Classificação Possível

31.12.2017		30.09.2018			R\$ mil
Natureza	Saldo Final	Adições	Reversões	Baixa	Saldo Final
Trabalhista	36.810.402	4.691.255	3.207.999	5.992	38.287.665
Cível	12.734.764	3.398.866	73.500	1.000	16.059.130
Total	49.545.166	8.090.121	3.281.499	6.992	54.346.796

As provisões de contingências passivas, com vistas a atender ao regime de competência, são quantificadas por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos passados, podem, eventualmente, apresentar variações nos valores reais.

Segundo a Consultoria Jurídica, os valores registrados não se restringem apenas às demandas trabalhistas, mas podem incluir ainda ações de natureza previdenciária, tributária e cível em

geral, como ações assistenciais, ações relativas aos concursos públicos, ações relacionadas a licitações e contratos, dentre outras.

A Consultoria Jurídica da EBSEH utiliza o seguinte método de análise do prognóstico das ações judiciais:

Provável: Ação que há maior probabilidade da EBSEH perder. A demanda será classificada como “provável”, por exemplo quando houver decisão judicial parcial ou totalmente desfavorável aos interesses da empresa;

Possível: A chance de perder é menor que provável. A demanda será classificada como “possível” quando ainda não houver decisão judicial, mas é possível que a mesma venha a ser contrária aos interesses da empresa.

Remota: Pequena chance da EBSEH perder. A demanda será classificada como “remota” quando há decisão judicial favorável aos interesses da empresa ou obrigação já tenha sido devidamente cumprida.

Adições: São as atualizações positivas dos valores referentes aos processos judiciais e extrajudiciais com prognóstico possível e provável; **Reversões:** são as atualizações negativas dos valores referentes aos processos judiciais e extrajudiciais com prognóstico possível e provável;

Baixas: são os pagamentos, penhoras e outros que liquidem ou garantam a execução de decisão judicial ou administrativa transitada em julgado referentes aos processos judiciais e extrajudiciais com prognóstico possível e provável.

Entende-se que a metodologia adotada pela Consultoria Jurídica atende o estabelecido pela norma contábil NBC TG25 (R1) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A norma contábil dispõe que é obrigatório o registro e a divulgação no Balanço Patrimonial das contingências classificadas como “prováveis”. Para a classificação “possível” é obrigatório somente a publicação em nota explicativa. A classificação “remota” não possui exigência de divulgação.

2.2.2 Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC

	R\$ mil	
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital AFAC	30.09.2018	31.12.2017
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital AFAC	128.240.973	128.240.973

Correção Selic - Acumulada	46.015.351	
Correção Selic - Exercício 2017		15.052.042
Correção Selic - Ajuste de Exercícios Anteriores		21.257.965
Correção Selic registrada em 2014		1.692.131
Total	174.256.324	166.243.112

Compreende o saldo de repasses recebidos na dotação orçamentária de “investimentos”, referente ao período de 2013/2016, e a devida correção monetária até 30/09/2018. Tais recursos são registrados no Ativo Imobilizado, em contrapartida à conta específica “Adiantamento para Futuro Aumento de Capital” no Passivo não Circulante. O Serviço de Contabilidade já solicitou a autorização de integralização do AFAC ao Capital Social, conforme Processos 23477.002646/2014-34 e 23477.019916/2016-16. O AFAC permanecerá no Passivo Não Circulante, até que seja autorizado sua integralização.

O saldo apresentado é o montante de AFAC recebido somado ao acumulado da correção Selic (correção Selic anos anteriores e exercício corrente).

O registro da Correção Selic sobre o AFAC tem por base legal seguinte normativo:

Art. 2º. Sobre os recursos transferidos pela União ou depositados por acionistas minoritários, para fins de aumento do capital de empresa ou de sociedade de que trata o artigo anterior, incidirão encargos financeiros equivalentes à Taxa Selic, desde o dia da transferência até a data da capitalização.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos recursos que vierem a ser transferidos pela União ou depositados por acionistas minoritários a partir de 1º de janeiro de 2017, para fins de aumento do capital de empresa ou de sociedade cujo capital social seja constituído de recursos provenientes exclusivamente do setor público, cujo montante efetivamente investido deverá ser capitalizado até a data limite da aprovação das contas do exercício em que ocorrer a transferência. (Parágrafo único acrescido pelo Decreto nº 8.945, de 27/12/2016) DECRETO Nº 2.673, DE 16 DE JULHO DE 1998

Desta forma, os repasses recebido a título de AFAC nos exercícios de 2013 até 31/12/2016 foram registrados no Passivo Não Circulante como instrumentos financeiros, com incidência de encargos, até que seja realizada a sua integralização no Capital Social, em conformidade ao NBC TG 38 (R3).

Os recursos recebidos a partir de 2017 foram considerados instrumentos patrimoniais, e seu registro ocorreu no Patrimônio Líquido, sem incidência de correção monetária conforme Art. 2º Parágrafo único, Dec. nº 2.673/98.

2.3 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é formado pelas contas Capital Social Subscrito, AFAC, Resultado de Exercícios Anteriores, Ajuste de Exercícios Anteriores e Prejuízo do Período. O capital social está representado pelo valor inicialmente subscrito e integralizado pela União, quando da constituição da Empresa.

	R\$ mil	
Patrimônio Líquido	30.09.2018	31.12.2017
Capital Social Subscrito	5.000.000	5.000.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	86.163.890	47.718.253
Prejuízos Acumulados	(111.905.218)	(75.748.700)
Ajuste de Exercícios Anteriores	(237.073)	(21.257.965)
Resultado do Exercício	(162.071.888)	(14.898.552)
Total	(183.050.288)	(59.186.965)

Atualmente o Patrimônio Líquido apresenta-se negativo, porém ressalta-se que a União já concedeu R\$ 128.240.972,89 de AFAC, que somado as correções Selic totalizam R\$ 174.256.324,21 de AFAC (nota explicativa 2.2.2), de forma que a EBSERH apenas aguarda a autorização para sua integralização ao Capital Social, o que reverterá o saldo do Patrimônio Líquido para R\$ 8.793.964,07.

2.3.1 Capital Social Subscrito

É composto pelo valor inicial de R\$ 5.000.000,00 totalmente integralizado exclusivamente público (100% pela União). O capital social já subscrito e integralizado em 07 de março de 2012, conforme registro constante do SIAFI com o nº 2012RA000001, código de recolhimento tesouro nº 48816-0, no valor de R\$ 5.000.000,00.

2.3.2 Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital – AFAC

Considerando a orientação da Coordenação-Geral de Contabilidade da União - CCONT e Coordenação-Geral de Participações Societárias - COPAR (macro função 021122), todos os aportes orçamentários e financeiros feitos pelo Governo Federal, a partir de 2017, destinado a investimentos, estão registrados na conta AFAC. A Diretoria de Orçamento e Finanças aguarda aprovação da proposta de transferências dos recursos registrados no AFAC para o aumento do Capital Social da empresa.

2.3.3 Lucros ou Prejuízos Acumulados

Conforme a Lei 6.404/76, compreende o resultado apurado nos exercícios anteriores no valor de R\$ (111.905.217,51) negativo.

2.3.4 Resultado do Exercício

O resultado do exercício é o resultado da apuração das receitas e rendimentos ganhos no 3º trimestre de 2018, em contraposição aos custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos. Está evidenciado na Demonstração do Resultado do Exercício - DRE.

2.3.5 Ajuste de Exercícios Anteriores

O ajuste de exercícios anteriores no valor de R\$ (21.257.965,35) negativo, registrado em 2017 é proveniente da correção monetária Selic sobre O AFAC registrado no passivo não circulante atualizado até 31/12/2016, conforme determina o art. 2º, Dec. 2.673/1998.

O valor registrado em 2018 no montante de 237.073,49 trata-se de reconhecimento de dívidas não registradas em exercícios anteriores.

3 Demonstração do Resultado do Exercício

A EBSERH, integrante do Orçamento Geral da União, recebe repasses previstos na Lei Orçamentária – LOA e receita de serviços prestados ao SUS com a finalidade de custear o gasto necessária a sua atividade. O resultado do período é apresentado conforme a apuração entre a receitas e despesas.

3.1 Receitas Operacionais

A receita da é composta por repasse do orçamento federal e contrato de prestação de serviços no âmbito do SUS. A tabela a seguir demonstra a o volume de recursos descentralizado pelo Ministério da Educação e Ministério da Saúde à EBSERH, eforçando o caráter predominantemente público de seu financiamento.

	R\$ mil	
Receitas Operacionais	30.09.2018	30.09.2017
Contrato de Repasse SUS	263.115.242	319.582.512
Outros Repasses Recebidos	3.219.272.473	2.469.405.499
Total	3.482.387.715	2.788.988.010

- a) **Contrato de Repasses SUS** - São receitas decorrentes de recursos recebidos a título de repasse, por programação financeira, oriundos do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, referente à produção hospitalar realizada pelos Hospitais vinculados à EBSERH, registrada no DATASUS, conforme estabelecido em termo contratual. Nesse caso há a contraprestação de serviços pela receita recebida.

Há dificuldade de definição do documento hábil para apropriação da parte variável da receita de produção de serviços de saúde, seguindo o regime de competência, devido à forma de ressarcimento adotada pelo Departamento de Regulação, Avaliação e Controle-DRAC, do Fundo Nacional de Saúde – FNS, no registro contábil de procedimentos de média e alta complexidade, como também nos procedimentos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC).

- b) **Outros Repasses Recebidos** - São subvenções governamentais registradas em conformidade com a NBC TG 07 (R1), que representam quase a totalidade dos ingressos

de recursos. Subvenção sob a forma de repasse de recursos financeiros é a forma de descentralização utilizada pelo governo para financiar empresas públicas dependentes.

3.1.1 Custos dos Serviços Prestados

Ainda não foi implantado sistema de apuração de custos na EBSERH.

3.2 Despesas Operacionais

São as despesas apropriadas no desenvolvimento das atividades da EBSERH, com foco no atendimento ao paciente nos HUs. A tabela a seguir apresenta análise horizontal e composição das despesas operacionais do período.

	R\$ mil		
Despesas Operacionais	30.09.2018	30.09.2017	A.H
Despesa com Pessoal , Encargos e Benefícios	(2.948.015.464)	(2.362.897.227)	25%
Despesa com Uso de Bens e Serviços	(600.058.293)	(441.400.697)	36%
Provisões de Riscos Fiscais	(7.259.474)	(15.170.415)	-52%
Despesas Tributárias	(380.602)	(321.116)	19%
Demais Resultados	(79.129.764)	(70.107.913)	13%
Total	(3.634.843.597)	(2.874.726.953)	26%

3.2.1 Despesa com Pessoal, Encargos e Benefícios

A maior parte das despesas da EBSERH, como nos diversos órgãos da Administração Pública, é com pessoal, encargos e benefícios, tendo havido um aumento de 23% em relação ao período anterior. A elevação da despesa relacionada a pessoal tem relação direta com a contratação de empregados conforme verifica-se na tabela:

	R\$ mil		
Quantidade de Empregados no período	30.09.2018	30.09.2017	A.H
Empregados EBSERH	28.823	23.527	23%

Fonte: Gfip

3.2.1.1 Remuneração a Pessoal

Remuneração a Pessoal	R\$ mil		
	30.09.2018	30.09.2017	A.H
Vencimentos , Salários, 13º e Férias	(1.684.649.298)	(1.314.426.326)	28%
Adicionais	(289.237.197)	(250.337.014)	16%
Gratificação	(104.532.137)	(98.726.385)	6%
Sentenças Judiciais - Ativo Civil	(463.649)	(69.815)	564%
Total	(2.078.882.281)	(1.663.560.984)	25%

3.2.1.2 Encargos Patronais

Encargos Patronais	R\$ mil		
	30.09.2018	30.09.2017	A.H
Contribuição Patronal para o RPPS	(615.154)	(582.547)	6%
Contribuição Patronal para o INSS	(508.076.381)	(405.480.068)	25%
FGTS	(157.010.754)	(125.193.763)	25%
Outros Encargos Patronais	-	(8.774)	-100%
Total	(375.906.452)	(359.687.140)	25%

3.2.1.3 Benefícios a Pessoal

Com o advento da nova Lei das Estatais e a necessidade de esclarecimentos sobre os pagamentos de benefícios de pessoal, informamos que, de acordo com o art. 22 do Regulamento de Pessoal da EBSEH, benefício é a vantagem “in natura” ou pecuniária paga diretamente ou indiretamente ao empregado, quando obedecidos os critérios estabelecidos para sua concessão no Plano de Benefícios aprovado para a EBSEH e firmado no Acordo Coletivo de Trabalho. Conforme aduz o referido plano, os benefícios espontâneos concedidos pela EBSEH, em conformidade com o estabelecido em normas internas, são:

	R\$ mil		
	30.09.2018	30.09.2017	A.H
Auxílio Alimentação	(143.394.243)	(114.424.631)	25%
Auxílio Transporte	(4.911.901)	(6.695.080)	-27%
Ajuda de Custo	(13.320)	(51.611)	-74%
Assistência a Saúde	(31.108.926)	(25.507.398)	22%
Auxílio Creche	(15.620.573)	(12.494.525)	25%
Auxílio Deficiente - Acordo Coletivo	(541.906)	(357.551)	52%
Total	(195.590.870)	(159.530.796)	23%

3.2.1.4 Outras Despesas com Pessoal e Encargos

	R\$ mil		
	30.09.2018	30.09.2017	A.H
Indenizações e Restituições trabalhista	(5.123.421)	(5.790.285)	-12%
Pessoal Requisitado de Outros Entes/Orgãos	(2.716.604)	(2.750.010)	-1%
Total	(7.840.025)	(8.540.295)	-8%

- a) Indenizações e Restituições Trabalhista – Evidencia o pagamento de verbas indenizatórias e de rescisão contratual.
- b) Pessoal Requisitado de outros órgãos – Registra a despesa com reembolso de pessoal cedido por outros órgãos ou entes à EBSERH.

3.2.2 Despesa com Uso de Bens e Serviços

	R\$ mil		
Uso de Material de Consumo	30.09.2018	30.09.2017	A.H
Consumo de Materiais estocados	(40.030.278)	(23.348.742)	71%
Consumo de softwares de Base	(353.633)	(33.851)	945%
Consumo de Combustíveis e lubrificantes	(1.844.427)	(867.101)	113%
Consumo de gêneros de Alimentação	(8.299.900)	(8.451.230)	-2%
Consumo de material de proc. de Dados	(299.670)	(215.979)	39%
Consumo de material farmacológico	(55.774.432)	(53.693.156)	4%
Consumo de material hospitalar	(90.228.336)	(61.901.929)	46%
Consumo de material para produção	(508.911)	-	
Material de consumo imediato	(7.239.110)	(6.333.586)	14%
Consumo de outros materiais	(2.287.413)	(1.673.641)	37%
Perda involuntária com Estoques	(537.796)	(725.975)	-26%
Total	(207.403.906)	(156.519.214)	33%

Representa a despesa com material de consumo utilizada na operacionalização das unidades da rede EBSERH para a prestação dos serviços ofertados. O aumento no consumo de materiais tem maior impacto na natureza de despesa “Consumo de softwares de Base” e “Consumo de Combustíveis e lubrificantes”.

R\$ mil

39

Serviços Tomados	30.09.2018	30.09.2017
Diárias	(1.542.302)	(1.307.552)
Serviços Técnicos, de Apoio Adm e Operacional	(287.455.504)	(181.534.054)
Locações e arrendamentos	(31.216.312)	(30.490.000)
Serviços educacionais e culturais	(484.397)	(2.578.058)
Sentenças judiciais - serviços de terceiros	(182.440)	(206.461)
Serviços comunicação, gráficos e audiovisual	(2.519.864)	(1.928.009)
Serviços Transp. Passagem, locom. hospedagem	(7.473.356)	(3.219.169)
Serviços água e esgoto, ener.eletr.,gás e outros	(31.782.616)	(24.949.027)
Fornecimento de alimentação	(16.687.795)	(13.674.066)
Seguros em geral	(13.003)	(89.235)
Total	(379.357.589)	(259.975.630)

- a) Diárias - Registra as despesas provenientes da utilização de diárias pagas aos servidores, empregados públicos e colaboradores eventuais, para fazer face a despesas com pousada, alimentação e locomoção urbana.
- b) Serviços Técnicos, de Apoio Administrativo e Operacional – Representa o custeio com a contratação de serviços de terceiros com finalidade de manutenção da capacidade estratégica da EBSERH. O aumento da despesa decorre do aumento de unidades com execução orçamentária e financeira no exercício, que utilizaram a contratação de serviços de apoio à gestão, manutenção de aparelhos, máquinas e equipamentos, serviços de melhoria de processos de negócio e suporte.
- c) Locações e arrendamentos – Registra a despesa com aluguel de bens imóveis (Sede Administrativa em Brasília) e galpões para armazenagem de insumos dos HUs, bens móveis e serviços (aparelhos, máquinas, equipamento e locação de mão de obra).
- d) Serviços educacionais e culturais – Registra os gastos com realização de instrutorias em cursos e treinamentos aos empregados da EBSERH. A conta registra também os gastos com pagamento de banca realizadora de concurso público para contratação de pessoal.
- e) Sentenças judiciais – serviços de terceiros – Registra os valores pagos a título de custas judiciais.
- f) Serviços comunicação, gráficos e audiovisual – Em sua grande parte, apresenta a despesa com publicação de matéria de interesse público em Diário Oficial, além de gastos com telefonia.

- g) Serviços de transporte, passagem, locomoção e diárias – Registra a despesa com a utilização de serviços de passagens aérea e terrestre. Representa também as despesas com diárias pagas aos servidores, empregados públicos e colaboradores eventuais, para fazer face a despesas com pousada, alimentação e locomoção urbana.
- h) Serviços de água e esgoto, energia elétrica e gás – Registra os pagamentos realizados a concessionários de serviços de fornecimento de água, energia elétrica, gás e tratamento de esgoto.
- i) Fornecimento de alimentação – Representa a despesa com contratação de serviço de fornecimento de alimentação nas unidades que não têm ou não utilizam refeitório próprio.
- j) Seguros em Geral – Despesa com seguro obrigatório (DPVAT) e contratação de cobertura de seguros para veículos.

3.2.3 Depreciação e Amortização

	R\$ mil	
Depreciação e Amortização	30.09.2018	30.09.2017
Depreciação de bens móveis	(13.270.530)	(4.798.684)
Depreciação de bens imóveis	(15.128)	(14.974)
Amortização de imobilizado		(18.567)
Amortização de intangível	(11.140)	(280)
Total	(13.296.798)	(9.735.437)

A variação positiva refere-se ao crescimento do ativo imobilizado, conforme ser verifica no Balanço Patrimonial, nota explicativa 1.2.3, e melhor padronização da apuração da despesa com depreciação calculada pelo SIG – Patrimônio.

3.2.4 Provisões de Riscos Fiscais

	R\$ mil		
Provisões de Riscos Fiscais	30.09.2018	30.09.2017	A.H
Riscos Trabalhistas	(6.590.378)	(15.170.415)	-57%
Riscos Cíveis	(669.096)		55%
Total	(7.259.474)	(15.170.415)	157%

Demonstra a apropriação da despesa, no exercício, com provisões de riscos fiscais prováveis no 3º trimestre de 2018. Maior esclarecimento e embasamento legal para evidência desta despesa pode ser verificado na nota explicativa 2.2.1

3.2.5 Despesas Tributárias

Despesas Tributárias	R\$ mil	
	30.09.2018	30.09.2017
Imponsto S/ Propriedade Predial e Territorial	(181.569)	(161.332)
Taxas	(115.570)	(90.321)
Obrigações Patronais S/ Serviços de Pessoa Física	(32.532)	(1.822)
Contribuição P/ Serviço de Iluminação Pública	(50.960)	(67.641)
Total	(380.602)	(321.116)

- IPTU - A despesa com IPTU é referente ao espaço alugado para funcionamento da sede administrativa da EBSERH em Brasília.
- Taxas – São taxas cobradas pela união, estados, distrito federal ou municípios, no âmbito de suas respectivas contribuições, decorrentes da contraprestação de serviços públicos ao contribuinte postos a sua disposição, inclusive o exercício de poder de polícia. Os valores são referente a taxas de coleta de lixo, fiscalização, funcionamento, vigilância sanitária e outras.
- Obrigações Patronais s/Serviços de Pessoa Física - Registra o valor das contribuições previdenciárias sobre serviços de terceiros pessoas físicas, contratadas para a execução de serviços sem vínculo com a administração.
- Contribuição P/Serviço de Iluminação Publica – Despesa com contribuição para para o custeio da iluminação pública.

3.2.6 Demais Resultados

Demais Resultados	R\$ mil	
	30.09.2018	30.09.2017
Mais Médicos /Bolsa de Estudo no País	(78.879.707)	(70.107.913)
Auxílio a Pesquisadores	(201.790)	
Indenizações	(47.087)	
Restituições	(1.180)	
Total	(79.129.764)	(70.107.913)

- a) Mais Médicos / Bolsa de Estudo No País – A EBSEH auxilia o MEC no pagamento das bolsas de tutoria, supervisão e coordenação do Programa Mais Médicos do Brasil – PMMB. O acompanhamento e controle dos bolsistas são realizados pela Secretaria de Educação Superior - SESU do Ministério da Educação, cabendo à EBSEH, conforme Lei 12.871/2013, realizar o pagamento de acordo com a lista disponibilizada pela área responsável pelas ações do PMMB. A conta registra ainda o pagamento ao Programa de Iniciação Científica - PROIC, e bolsa de assistência estudantil, ambos executados no Hospital Universitário de Santa Maria – HUSM.
- b) Auxílio a Pesquisadores - Auxílio financeiro a pesquisador e a estudante para desenvolvimento de projeto “Pesquisa Linha de Cuidado de Saúde do Homem”, realizado no Hospital Universitário de Brasília – HUB.
- c) Indenizações – Registra as restituições de valores referente a despesas com energia elétrica, fornecimento de água e tratamento de esgoto, pagas pelas Universidades (90%); Restituição de taxas de utilização do solo, ressarcimento de despesa à servidor e ressarcimento de despesa com movimentação de servidor (10%).
- d) Restituições – valores recebidos por erro de cálculo do pagamento.

3.2.7 Resultado Financeiro

É o saldo da confrontação entre as receitas financeiras e despesas financeiras no período.

	R\$ mil	
Resultado Financeiro	30.09.2018	30.09.2017
Receitas Financeiras (-) Despesas Financeiras	(9.616.005)	(12.019.929)

A variação evidenciada no período tem como consequência o registro de encargos da correção Selic sobre o AFAC relacionados a exercícios anteriores e registrados em sua totalidade no primeiro semestre de 2017. Para melhor entendimento consultar a nota explicativa 2.2.2

3.2.7.1 Receitas Financeiras

	R\$ mil	
Receitas Financeiras	30.09.2018	30.09.2017
Remunerações de aplicações Financeiras	-	1.433.535
Remunerações de aplicações Financeiras	-	23.801
Multas administrativas	115.634	-
Descontos Financeiros Obtidos	3.000	-
Total	118.634	1.457.337

- a) Em atendimento à recomendação da Auditoria Independente sobre os Demonstrativos Financeiros de 2017, a Diretoria de Orçamento e Finanças passou a evidenciar os valores referente à Remuneração de Aplicações Financeiras da conta única, na conta Outros Repasses Recebidos. A reclassificação faz-se necessária devido ao entendimento e orientação da Auditoria independente que não se trata de uma aplicação financeira de fato.
- b) Receitas de multas administrativas – Representa a arrecadação de valores relativos à quebra de contrato por parte dos fornecedores de serviço ou material, que por descumprimento de cláusulas contratuais foram autuados e multados.
- c) Descontos Financeiros Obtidos – Descontos financeiros obtidos em virtude de liquidação antecipada de obrigações.

3.2.7.2 Despesas Financeiras

	R\$ mil	
Despesas Financeiras	30.09.2018	30.09.2017
Juros, Multas	(1.335.637)	(1.300.822)
Encargos Financeiros Correção Afac - SELIC	(8.013.213)	(14.778.088)
Multas Administrativas	(385.789)	-
Total	(9.734.639)	(13.477.266)

- a) Juros e Multas e Multas Administrativas – Representa a despesa por atraso de pagamento de encargos patronais (INSS e FGTS), rescisão contratual e contrato com fornecedores. As Multas Administrativas têm como causa as infrações a legislação trabalhista apontadas em autuações do Ministério do Trabalho e Emprego-MTE.
- b) Encargos Financeiros Correção Afac - SELIC – Corresponde à correção Selic sobre o saldo de AFAC registrado no Passivo Não Circulante até 31/12/2016. Ressalta-se que a correção Selic sobre o AFAC recebido teve um registro extemporâneo, referente a exercícios anteriores, no exercício de 2017, por isso verifica-se tamanha variação. Maior detalhamento e base legal encontra-se na nota explicativa 2.2.2

3.3 Resultado Antes da Contribuição Social e Imposto de Renda

Não será apurado a CSLL e o IRPJ em razão de o resultado apresentado ser negativo.

3.4 Ativo Fiscal Diferido

Conforme o NBC TG 32 (R3) - Ativo fiscal diferido é o valor do tributo sobre o lucro recuperável em período futuro relacionado a: (a) diferenças temporárias dedutíveis; (b) compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados; e (c) compensação futura de créditos fiscais não utilizados.

Foi normatizado de acordo com a NBC TG 32 (R3) – Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Deliberação CVM n. 599/09. Segundo a nova previsão, o ativo diferido fiscal seria objeto de reconhecimento após atendidas diversas condições, detalhadas no item 36 do referido Pronunciamento:

A entidade deve considerar os seguintes critérios para avaliar a probabilidade de que haverá disponibilidade de lucro tributável, contra o qual os prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados:

- (a) se a entidade tem diferenças temporárias tributáveis suficientes relacionadas com a mesma autoridade tributária e a mesma entidade tributável que resultarão em valores tributáveis contra os quais os prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados podem ser utilizados antes que expirem;
- (b) se for provável que a entidade terá lucros tributáveis antes que os prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados expirem;
- (c) se os prejuízos fiscais não utilizados resultarem de causas identificáveis que são improváveis de ocorrer novamente; e
- (d) se estiverem disponíveis para a entidade oportunidades de planejamento tributário (ver item 30) que criam lucro tributável no período em que prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados.

Na medida em que não for provável que estará disponível lucro tributável contra o qual prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados sejam utilizados, o ativo fiscal diferido não deve ser reconhecido..

Perante o exposto, entendemos a inexistência de oportunidade ou de valores temporários para utilização da base de crédito negativa, razão pela qual não houve reconhecimento de ativo fiscal diferido quanto à base negativa de apuração do resultado do exercício.

3.5 Diferimento da subvenção governamental

Conforme a NBC TG 07 (R1) a subvenção governamental não deve ser reconhecida até que exista razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecida ao seu recebimento. O simples recebimento da subvenção não é prova conclusiva de que as condições a ela vinculadas tenham sido ou serão cumpridas. Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do Pronunciamento. A subvenção governamental não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido. Considerando a apuração da Base de Cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social para fins Fiscais, destacamos a existência de diferimento de compensação da previsão de recebimento de Programação Financeira (PF) por parte do MEC, que serão conclusivas na elaboração da ECF (Escrituração Contábil Fiscal – Lucro Real).

3.6 Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício evidencia o que é apurado pelo confronto das receitas e despesas no período. O resultado é o somatório das receitas com (i) exploração de bens, diretos e serviços, (ii) contratualização SUS, (iii) concursos e (iv) repasses oriundos do orçamento geral da união, deduzindo-se as despesas operacionais, tais como pessoal, diárias, assessoria, aluguéis e serviços de terceiros.

O resultado negativo no 3º Trimestre de 2018 reflete o impacto da constituição das provisões de pessoal, contingências passivas e da depreciação dos bens do ativo não circulante, que não são consignadas no orçamento da União, por se tratar de despesas patrimoniais, além do reconhecimento de passivos. Os repasses orçamentários somente são reconhecidos no momento da transferência das programações financeiras.

4 Conciliação conforme acórdão nº 2016/2006 – TCU – plenário

Em atenção ao Acórdão nº 2016/2006-TCU-Plenário deve-se promover a conciliação entre a contabilidade feita de acordo com a Lei 6.404/76 e aquela promovida conforme a Lei 4.320/64, apresentadas pelas empresas estatais dependentes. O resultado apurado em conformidade com a Lei 6.404/76, em 30 de setembro de 2018, não apresenta variação quanto ao apurado com

base na Lei 4.320/64, os saldos contábeis são evidenciados no SIAFI, que resulta na apuração dos Demonstrativos Financeiros pela ótica da Lei 6.404/76.

5 Informações Complementares - Remuneração pagas a empregados e administradores

De acordo com a Resolução nº 03, de 31 de dezembro de 2010, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), publicada no DOU, em 28/03/2011, apresentamos o quadro abaixo. Nos valores das remunerações, estão inclusos os adicionais fixos:

	R\$ mil	
Administradores	2016	2017
Maior	30.999	29.139
Menor	4.995	15.778
Média	19.590	23.806
Empregados	2016	2017
Maior	13.489	15.918
Menor	2.031	2.031
Média	5.741	5.118

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Administradores da
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSEH
Brasília - DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais, da **EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSEH**, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do valor adicionado e dos fluxos de caixa para o período de três e seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração Intermediária, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão adversa

Estoque

A conta de estoque apresenta saldo contábil de R\$ 115.352 mil em 30 de setembro de 2018, não sendo possível obtermos evidências suficientes e adequadas que suportem o referido saldo, o que nos impossibilita de concluir pela adequação do valor dos estoques apresentados nas demonstrações contábeis em 30 de setembro de 2018.

Imobilizado

Em 30 de setembro de 2018 o saldo contábil líquido de depreciação é de R\$ 127.559 mil. Os controles gerenciais disponibilizados apresentam uma distorção de R\$ 5.330 mil em relação ao saldo contábil, o que revela uma fragilidade do controle e não oferece segurança quanto aos saldos do Imobilizado nas demonstrações contábeis em 30 de setembro de 2018.

Teste de recuperabilidade – *Impairment*

A entidade deixou de aplicar os procedimentos técnicos relacionados ao teste de recuperabilidade (*impairment*) do seu Ativo Imobilizado, conforme determina as normas contábeis, NBC TG 01 (R4) – Valor Recuperável de Ativos e NBC TG 27 (R4) – Imobilizado, que apresenta saldo líquido de depreciação em 30 de setembro de 2018 de R\$ 127.559 mil, não nos sendo possível determinar os efeitos sobre as demonstrações contábeis caso esse procedimento tivesse sido adotado.

Fornecedores

Em 30 de setembro de 2018 as obrigações com fornecedores, apresenta o valor de R\$ 59.947 mil, conforme nota explicativa 2.1.2 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo. O montante representa 10% das exigibilidades classificadas no curto prazo, sem suporte em relatório de sistema financeiro que contemple a idade dos saldos, e divergindo em R\$ 116.230 mil das obrigações apresentadas no Sistema Alterdata, no qual são realizados lançamentos contábeis de ajustes sem origem a fim de se obter equiparação ao líquido a pagar apresentado pelo SIAFI.

Ressaltamos ainda que as peças contábeis seguem as premissas apresentadas pela Lei 6.404/76 e normas contábeis correspondentes, desta forma os saldos contábeis devem refletir a legislação e normativos vigentes. Portanto não foi possível concluir pela adequação do saldo apresentado em 30 de setembro de 2018.

Cabe também salientar que diante do exposto a Empresa fica suscetível ao envio de informações acessórias distorcidas aos órgãos fiscalizadores.

Contas a Receber e Receitas Operacionais

Em 30 de setembro de 2018, a administração da Empresa não apresentou controles internos eficazes para garantir que as informações contábeis estão registradas de acordo com o Regime de Competência conforme NBC TG Estrutura Conceitual. A existência de registros contábeis em desacordo com a NBC TG 47 - Receita de Contrato de Clientes apresenta distorções relevantes no resultado e nas contas patrimoniais.

Os controles internos não são suficientes para garantir que os lançamentos contábeis correspondentes às receitas operacionais estejam adequadamente reconhecidos contabilmente aos períodos correspondentes. Não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para concluirmos quanto aos valores registrados no trimestre findo em 30 de setembro de 2018.

Receitas – Outros Repasses

Em 30 de setembro de 2018 a conta de resultado de Outros Repasses Recebidos apresenta o montante de R\$ 3.219.272 mil. Constatamos o risco de distorção relevante em relação à insuficiência de evidências apropriadas e suficiente para concluirmos quanto ao saldo contábil no trimestre findo em 30 de setembro de 2018.

Provisão de Férias e 13º Salário

Em 30 de setembro de 2018, as demonstrações contábeis intermediárias apresentam o saldo de R\$ 188.820 para provisão de 13º salário e R\$ 228.494 para provisão de férias. A falta de reconhecimento de encargos e adicional de 1/3 sobre as férias acarretaram em distorções relevantes no montante de R\$ 11.698 mil para a provisão de 13º salário e R\$ 95.040 mil para a provisão de férias.

Conclusão adversa sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo “Base para conclusão adversa”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado


Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, referente ao período de três meses findo em 30 de setembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela

Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Informações comparativas

As informações de 31 de dezembro de 2017 foram por nos auditadas, cujo relatório foi emitido em 25 de maio de 2018, com ressalva. As informações apresentadas para fins de comparabilidade referentes a 30 de setembro de 2017 não foram auditadas.

São Paulo, 19 de novembro de 2018.


MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 – T – SP
LUCIANO GOMES DOS SANTOS
Contador CRC RS – 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
SCS Quadra 9, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre C, 1º ao 3º andares - Bairro
Asa Sul
Brasília-DF, CEP 70308-200
(61) 3255-8900 - <http://www.ebserh.gov.br>

Despacho - SEI

Processo nº 23477.022583/2018-66

Interessado: @interessados_virgula_espaco@

À Diretoria de Orçamento e Finanças,

De ordem, encaminho o Processo-SEI em epígrafe, após apreciação das Demonstrações Contábeis e Financeiras referentes ao 3º trimestre de 2018, objeto dos autos, assim como da Nota Técnica da Auditoria Interna, nos seguintes órgãos colegiados: na 245ª reunião da Diretoria Executiva (DE), realizada em 05 de dezembro de 2018; 66ª reunião do Conselho Fiscal (CF), realizada em 06 de dezembro de 2018; e 81ª reunião do Conselho de Administração (CA), realizada em 18 de dezembro de 2018.

Isto posto, com vistas a complementar a instrução processual, solicita-se que seja incluído nos autos o relatório da empresa de auditoria independente, em consonância com o disposto no artigo 98 do Estatuto Social da Ebserh. Lembro, por oportuno, que o teor do citado relatório deverá também ser apreciado pelos órgãos colegiados (DE, CF e CA).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Karen Tiemi Ueda**, **Secretário(a)-Geral**, em 21/12/2018, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0687343** e o código CRC **501F08F1**.

Referência: Processo nº 23477.022583/2018-66 SEI nº 0687343